

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATROCÍNIO/MG**

Ata da 7ª Reunião Ordinária de 2019 do Conselho Municipal de Saúde de Patrocínio MG. Aos 12 de Agosto de 2019, às 15:30 horas na sala de reuniões da Secretaria Executiva dos Conselhos, situada à Praça Olímpio Garcia Brandão, nº 1488, reuniu-se o Conselho Municipal de Saúde estando presentes os seguintes conselheiros titulares e suplentes: João de Melo, Dayane Gonçalves Caixeta, Tereza Helena Cardoso, Edilene Ferrari, Luiz Eduardo Ferreira, Edvaldo Soares dos Santos, José Geraldo Teixeira, Márcia Abadia Barbosa Silva, Ronaldo Elias Dias, Kesia Carolina Carvalho, Noilma Passos, Augusto César Guimarães de Moura, Raphael Reis e Elizabeth Cristina da Silva Jaffet. Após observar o quórum, o presidente João de Melo declara aberta a reunião e faz a leitura do artigo 29 do Regimento Interno orientando aos presentes que como definido as pautas e documentações serão enviadas por whatsapp e e-mail, e que por isso os conselheiros devem manter seus dados atualizados. João e Ronaldo lembram que embora o regimento interno tenha sido mantido na última reunião da forma como era a conselheira Tereza informou que não mais seria primeira secretária do Conselho. João pergunta se alguém tem o interesse de assumir o cargo e já pontua que as reuniões a partir deste dia serão gravadas para facilitar a confecção das atas. Ronaldo questiona se foi feito algo oficial em respeito à saída do cargo de secretária para o presidente, Laira informa que foi comunicado apenas a ela por telefone. Plenária decide por unanimidade que presidente irá verificar a questão com a conselheira e que após a confirmação da saída será eleito novo secretário e que esta reunião será secretariada pela segunda secretária Márcia Barbosa com o auxílio da Secretaria Executiva. Laira coloca que como foi informada dias depois da reunião que teria que fazer a ata, informa que a redigiu, mas que poderia ter esquecido algum detalhe já que não estava anotando as informações no dia. Dayane, Noilma e Raphael apontam que o certo seria Tereza ter feito a ata. Ronaldo coloca que agora diante desta situação é importante que seja lido e que se for apontada alguma ressalva seja modificada. Laira faz a leitura da ata. João coloca ata em discussão, questionando se há alguma objeção. Ata é aprovada por unanimidade. José Geraldo questiona se na ata, ficou definido que todos os presentes tem que assinar a ata ou só o presidente e secretário. João de Melo e Raphael colocam que deve ser assinada por todos, porque voltou a como o Regimento estava não sendo modificado. José Geraldo sugere que a partir desta reunião a lista de presença faça parte da ata, e que isso seja formalizado caso os presentes concordem. Aprovado por unanimidade. João de Melo passa a seguir os itens da pauta; **Item 1- Parecer da Comissão de Denúncias:** João aponta a questão da ausência do denunciante. Tereza Helena pergunta se ele foi convocado, João coloca que na última reunião o pai do mesmo estava presente e ficou ciente que o assunto seria pautado para próxima reunião, que não sabe o porquê do mesmo não ter comparecido, mas que foi comunicado na reunião anterior, coloca aos presentes a opção de postergarem o assunto para a

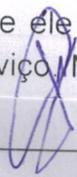
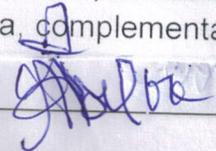
próxima reunião. Ronaldo aponta que ele está à disposição. Edvaldo pede a palavra ao presidente, cumprimenta os presentes e de antemão já dá o seu voto, colocando que a comissão de denúncias já tinha feito o que tinha que fazer que a comissão tinha que ler o parecer logo, que se fosse o caso passasse uma cópia para o denunciante e que caso não seja satisfatório que o mesmo procurasse o Ministério Público. Porque se não ficaria delongando assuntos mais importantes a serem tratados no Conselho. Raphael, Dayane e João de Melo, pronunciam a favor da opinião de Edvaldo e presentes aprovam. Ronaldo passa a discorrer sobre o assunto, aproveita o momento para agradecer Raphael Luiz e José pela ajuda na alteração do regimento interno apontando a dificuldade e empenho encontrado para fazer as alterações. Que em relação à denúncia do denunciante Cassio Remis aconteceu uma reunião da Comissão de Atendimento a Denúncias no dia 08 de Março de 2019, a reunião aconteceu na Sala do Conselho Municipal de Saúde e teve seu início às 10 horas e terminou às 11 horas. Participaram da reunião: Olivia Maria Assis Vieira, Andréia Ribeiro de Almeida e Ronaldo Elias Dias. A convite da Comissão Atendimento a Denúncias esteve presente também o Presidente do Conselho Municipal de Saúde Antonio Geraldo. A Conselheira Ana Paula Ribeiro justificou sua ausência devida estar em horário de trabalho. A reunião teve como objetivo: Deliberar sobre denúncia do senhor Cássio Remis quanto a possíveis irregularidades da Construção do Pronto Socorro Municipal, que tinha sido deliberado por aquela Comissão que ela por si só não tinha conhecimento técnico e jurídico para analisar a denúncia do senhor Cássio Remis, que quanto a possíveis irregularidades da Construção do Pronto Socorro Municipal, devolução dos recursos ao Estado, rescisão amigável com a construtora e problemas estruturais na Santa Casa advindos do início das obras e que solicitavam, portanto que de acordo com o Art. 47 & II do Regimento interno do Conselho Municipal de Saúde que o Secretário Municipal de Saúde tinha 45 dias para apresentar parecer por escrito para esclarecimentos sobre tais denúncias. Enfim, aquela comissão que foi composta naquele momento, entendeu que deveria ouvir os dois lados, colocando que a partir de amanhã, o presidente fizesse uma Comunicação ao Secretário para colocar ele a par do prazo para respostas a denúncia. Luiz Eduardo coloca que como ficou definido em Regimento, e até para não atrapalhar o andamento das reuniões, que qualquer denúncia já tinha que ser encaminhada para a comissão, que ela avalia, e traz para o Conselho, e caso não houver necessidade ela mesmo encaminha para o promotor. Porque no caso se for denúncias que já estão no promotor é desnecessário trazer para reunião não agregando nada as discussões. João coloca próximo item da pauta em discussão; **Item 2** **Possibilidade de alteração das datas da reunião:** questionando a Luiz Eduardo se a terceira segunda-feira ficaria bom para ele, Luiz pontua que sim e justifica que tem viajado sempre nas segundas segundas-feiras, João então questiona os conselheiros se pode acontecer a alteração e é aprovado por unanimidade a alteração das datas das reuniões que passa a ser na terceira

segunda feira de cada mês no mesmo horário. João fala sobre próximo tópico da pauta **Item 3- Realização do Seminário sobre o uso de Agrotóxicos com foco na saúde do trabalhador e da trabalhadora:** que estava pra José Marques Leite, mas que Edvaldo que também compõe a CISST poderia discorrer, Edvaldo coloca que além dele Márcia estava na reunião e os novos que estarão compondo a partir de agora, informando a todos que José Marques Leite pediu para avisar que estava em viagem e provavelmente não conseguiria chegar a tempo da reunião, incubindo o mesmo de falar sobre o tema colocando que as reuniões da Comissão acontecem na última sexta feira do mês na sala do Conselho Municipal de Saúde as 16 horas, José Geraldo pergunta sobre a comunicação entre os membros, Edvaldo pede aos conselheiros que passem o contato que ele repassará a Edvaldo que é o administrador do grupo, Ronaldo aponta que a comunicação então é feita da mesma forma como é no Conselho por e mail e whatsapp. Edvaldo coloca que desde o ano passado a Comissão já estava pleiteando a realização deste seminário, este espaço para debate sobre a temática dos agrotóxicos, que querendo ou não acaba sendo um tema polêmico, que tem pós e contras e que nós trabalhadores e trabalhadoras tanto que estão ligado a área rural na qual ele representa como a urbana que é atingida pelo uso dos agrotóxicos, colocando a proposta desta realização - e que a idéia a principio até o momento e trazer dois palestrantes: um ligado ao sistema a favor do uso, e outra ligado a agroecologia, fala que ele particularmente já participou de eventos assim e foram muito produtivos, colocando a intenção de promover esta discussão. Coloca que ainda não foi discutido questão de data, primeiramente para trazer a apreciação do conselho que a partir desta reunião se aprovado serão tomadas as providências para a execução do evento. Ronaldo pergunta se a comissão é intersetorial, quais outros setores que ela compreende, Edvaldo aponta que outros integrantes já participaram de eventos a nível nacional da CISTT que poderiam explanar melhor, mas que do pouco que tem aprendido e estudado sobre o assunto, que de certa forma a CISST esta ligada a todos os setores ligado a saúde do trabalhador e da trabalhadora tanto urbano como da área rural, que até foi uma questão passada por Gilberto informação esta verificada a nível nacional, que esta comissão em específico seja composta por outras pessoas de outros setores e categorias que possam agregar conhecimento, não como conselheiro e voto, mas para o trabalho desenvolvido pela Comissão. Noilma pede palavra ao presidente e coloca uma sugestão falando que participou de um seminário regional há alguns anos atrás que foi organizado pela Secretaria de Estado da Saúde, que o evento aconteceu durante três dias em Uberlândia onde foi discutida a saúde das populações expostas aos agrotóxicos que houve até a participação do IMA que é um órgão fiscalizador do Estado e que a partir disso sugere, se a CISTT tiver interesse ela pode passar o contato destes profissionais, pois este encontro foi bem rico, onde até foram feitas sugestões para criação de um plano de saúde para as estas pessoas. Edvaldo coloca que vai querer os contatos e agradece

a conselheira. João então pronuncia que aguardará o amadurecimento da idéia, e do projeto mas que o conselho esta sim disposto a ser parceiro e que a população realmente carece desta ação. E que com certeza dará todo apoio necessário para a realização deste Seminário e questiona aos Conselheiros se aprovam, aprovado por unanimidade. João coloca para a apreciação o **item 4** **Apreciação e aprovação da Tabela de Procedimentos de Urologia com valores a serem pagos ao prestador Santa Casa de Patrocínio:** Noilma discorre sobre o assunto, coloca que a tabela já foi passada anteriormente por e mail que trata se de uma tabela de procedimentos de urologia a serem realizadas pelo prestador Santa Casa de Patrocínio, a exemplo de outras tabelas já apreciadas, são procedimentos que não são contemplados na tabela SUS que no entanto há uma lista de usuários cadastrados no sistema com necessidade de realização destes serviços, Noilma passa a palavra pra Augusto que explica sobre, Ronaldo pergunta se foi um acordo feito entre secretaria e Santa Casa, Noilma coloca que a santa Casa é prestadora do SUS e estes são procedimentos próprios do Hospital, Augusto coloca que esta necessidade surgiu através da observação desde quando assumiu a superintendência da Santa Casa em Março do ano passado, um dos pontos ligados a assistência neste caso de média complexidade e de alta complexidade que até o momento não tinha ação pra poder resolver porque não havia habilitação para ser realizado, ou seja, o Ministério da Saude não permitia realizar este procedimento, o que vem a um ano meio causando grande transtorno, inclusive para a Secretaria Municipal de saúde- SMS também pois o paciente chega com a necessidade de fazer um procedimento, e a Santa Casa não esta habilitada pra isso, eles dão alta pro paciente, e ele recorre ao Tratamento Fora de Domicílio-TFD para aguardar uma fila de transferência sem saber o quando. Então diante de tanto transtorno a Santa Casa junto aos médicos cirurgiões fizeram a proposta para a SMS, colocando o seguinte, nós temos uma demanda reprimida que a Santa Casa não resolve para pacientes de Patrocínio não da micro região, o que causa uma imagem negativa para a Santa Casa e para SMS, então esta proposta solicitava o apoio financeiro para a proposta, com um custo mínimo de execução, inclusive aponta que Rapahel poderia atestar ou não que a tabela esta em um nível bem reduzido do que é costumeiro para estes procedimentos. Que esta proposta vem como iniciativa para facilitar o acesso ao cidadão patrocínense que necessite destes procedimentos de alta complexidade em Urologia. Noilma completa que no momento não tem financiamento porque não é credenciado pelo SUS, Ronaldo e Raphael questionam sobre o que é necessário para credenciar. Augusto coloca que o problema para credenciar este tipo de procedimento é que estes procedimentos não constam na SIGTAP equivalentes, Noilma e Augusto colocam que mesmo que houvesse credenciamento estes tipos de procedimentos não são contemplados pelo SUS, Tereza pergunta a Augusto quais são os médicos; Augusto passa que são Arnaldo e Lucas Pereira Neto, Ronaldo questiona se a SMS já aceitou esta

proposta. Noilma confirma que sim, e coloca que a aceitação é devido ao fato de ser um problema que bate na porta sempre. João coloca que todos já receberam a tabela e que com certeza quem vai ganhar com isso é quem precisa, Raphael coloca que realmente comparando com outras tabelas ele confirma que os valores são realmente mínimos, Augusto aponta que o objetivo foi de não ter margem de lucro nestes procedimentos e sim facilitar o acesso da população carente a eles, que este valores não correspondem ao valor de tabela aplicado, que esta é uma ação para os pacientes do SUS que ocupando leito na Santa Casa que precisam deste procedimento, que a Secretaria que regulará a necessidade e critério de avaliação desde o começo, Tereza fala que Augusto olhe e garanta que não seja cobrado a parte nenhum valor do usuário. Augusto coloca que isso nem deve acontecer, aponta que se acontecer algo do tipo deve ser denunciado. João de Melo questiona aos presentes se aprovam; aprovado por unanimidade. **Item5- Apresentação do Projeto de Implantação de Serviço de Atenção Especializada (SAE), Centro de Testagem e Aconselhamento- CTA/Unidade Dispensadora de Medicamentos- UDM de Patrocínio:** João coloca item para ser explicado por Noilma, que discorre sobre a pauta, que este projeto é apresentação para ciência do conselho que trata de um serviço colocado dentro dos moldes colocados pelo Ministério e que no projeto apresentado há um breve histórico que coloca que até meados dos anos 80 a AIDS era descrita como uma condição aguda, porque os sistemas se manifestavam rapidamente, não havia tratamento e o desfecho na maioria dos casos era o óbito e com os avanços no conhecimento da historia natural da HIV desta infecção, da possibilidade de monitorar esta doença e a carga viral, foram surgindo avanços com o tratamento anti retroviral de modo que hoje a AIDS passa a ser uma doença tratável e clinicamente manejável, aonde a gente tem pacientes vivendo com AIDS, não é tratada como uma DST e sim como uma infecção - IST, estes serviços aparecem, porque o Ministério coloca na sua normativa - Projeto SAE- Serviço de Atenção especializada em IST e AIDS - CTA- Centro de Tratamento e Aconselhamento e UDM - Unidade de dispensação de medicamentos. Explica como funciona este serviço no município de Patrocínio; a gente tem como referencia o serviço no HCUFU o CTA em Uberlândia, um paciente que tem AIDS que a gente não tem problema com agendamento ou acompanhamento com o infectologista, no entanto para outras infecções fica-se muito tempo na fila devido ao quadro de profissionais, para estes não há governância. E para os pacientes com AIDS que por ser tratada hoje como uma doença crônica onde sempre precisam de acompanhamento, o que exige o recurso do deslocamento destes pacientes que são pessoas ativas para a Uberlândia além da dispensação de medicamentos que é de uso contínuo estas são umas das questões envolvidas que já temos o Centro Estadual de Atenção especializada que é um centro que atende regionalmente, que a população ainda conhece como Centro Viva Vida CVV. Este serviço que esta sendo apresentado o projeto ele não faz parte da carteira de serviços do

CEAE, o CEAE ele é referência para a região Patrocínio- Monte Carmelo (9 municípios) e atende doentes renal crônico, hipertenso e diabético de risco, homens e mulheres com risco de câncer ginecológico: mama e próstata, acompanhamento para gestação de alto risco e o neonato de risco, quando o Estado abriu a oportunidade para abrir este projeto de ampliar estes centros na região, foi verificada a necessidade de implantar em cada polo da micro região um serviço deste, e não tinha sido realizada porque não havia um lugar que atendesse as exigências da legislação, foi recebida uma visita da equipe da Secretaria do Estado de saúde para avaliar o Centro onde são atendidos os pacientes de violência sexual e alguns outros serviços que não fazem parte da carteira do CEAE, e a partir das exigências acatadas foi solicitada a permissão do estado para o funcionamento sendo apresentado na sequência o projeto, que aprovado e pactuado passa a receber incentivo. O município passa a receber a partir de 1º de agosto o repasse referente ao incentivo. Tereza questiona se Noilma tem este valor, Noilma passa que não esta com a portaria no momento, mas é algo em torno de 50.000 reais anual o que da mensalmente algo em torno de 4800 reais aproximadamente, ou seja não da pra contratar nenhum profissional. Tereza questiona sobre a equipe, se é feito como nos demais serviços, Noilma coloca que o profissional tem que se adequar ao serviço fazendo além da sua caixinha. Tereza questiona sobre o quadro mínimo de profissionais, Noilma confirma a presença das exigências, colocando que apenas há a falta do médico infectologista (que não é uma exigência e sim uma indicação). Que foi feito um processo de credenciamento a chamada deste profissional. Tereza coloca então que foram colocados os profissionais que já estão na prefeitura. Noilma afirma que sim, que foi necessário para se adequar as normas ao protocolo. Tereza coloca que existe um caderno do Ministério da saúde sobre o aconselhamento de DST e AIDS, Noilma que existe sim, que vê no CTA que ele tem normas próprias, protocolos próprios, Tereza coloca que na sua experiência como professora ensina sobre o assunto aos alunos e acredita ser importante capacitar esta equipe. Noilma coloca que já foi solicitado ao nível central esta capacitação, toda a equipe vai ao CTA de Uberlândia que é um serviço que esta implantado há muitos anos então toda equipe vai fazer um treinamento neste momento, quanto a UDM que é a unidade de dispensação o pessoal também vem pra implantar o sistema que é o ciclon, de dispensação dos retroantivirais lá dentro do centro, Tereza coloca o que gostaria de falar, talvez de uma forma correta, é que este trabalho gera uma questão ética muito grande, da questão do preconceito por exemplo, que tem a impressão que se isso for divulgado da forma correta vai pegar um demanda reprimida de Patrocínio, porque normalmente se alguém tem desconfiança que tem hiv, se desloca até outra cidade pra fazer o exame, porque há o medo do pessoal da cidade saber, o que aumenta as demandas que os municípios de outras cidades recebem por não saber, o que aumenta as deste serviço e ele estando implantado as pessoas vão ter mais coragem de procurar o serviço. Noilma complementa que o estudo esta presente dentro da

normativa informação, educação em saúde, tudo isso está previsto no projeto atendendo as diretrizes do ministério, quanto a questão do sigilo da ética, toda equipe que já trabalha com estes pacientes que são profissionais formados para trabalhar com esta questão e com relação aos usuários do serviço que já tem um número e justamente por esta descrição no trato e no sigilo tem um grupo muitíssimo grande de pessoas vivendo com aids e que são encaminhado para aconselhamento no cta e outros que fazem na rede privada também porque os antiretrovirais são dispensados somente na rede pública, que o centro é referência para a população de patrocínio e região, respeitada a vontade da pessoa, então temos um enorme número de pessoas que fazem o acompanhamento na rede privada que só depende da rede pública para buscar o remédio e é respeitada esta postura da pessoa, Tereza diz que a idéia de ser regional é legal, Noilma finaliza afirmando que o serviço é regional sim, que vai ser feita a divulgação nos próximos meses no sentido de informação para a população sobre o serviço, Márcia pergunta se nesta equipe tem a presença de fisioterapeuta, Noilma coloca que na equipe mínima não tem fisioterapeuta, mas como é um serviço que faz parte da rede sendo necessidade da pessoa ela é encaminhada ao serviço responsável, ou qualquer outra especialidade. João coloca a discussão o **item 6- Informar sobre a solicitação de credenciamento do município de Patrocínio a receber incentivos financeiros referentes à gerência de Atenção Primária, nos termos da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS de Setembro de 2017:** Noilma, fala que este tópico também é pra ciência do Conselho e mostra um slide que resume o documento, o município coloca ao conselho a intenção pois ainda não há um projeto montado, já que a legislação coloca que quando o município vai manifestar esta intenção tem que apresentar a ata o documento que comprova que o conselho diz ter ciência do assunto, que a portaria 1808 de 2018 fala sobre o gerente de saúde- trata se de incentivo o município tem que fazer jus ao incentivo e projeto, que está sendo trabalhada a elaboração deste projeto, ainda não sabe se quanto gerentes vão ser solicitados, que quando o projeto tiver pronto trará ao conhecimento do conselho, mostra sucintamente como é o trâmite para fazer o cadastramento, Marcia pergunta se dentro da unidade terá um enfermeiro e um gerente, Noilma coloca que hoje tem 20 equipes de atenção básica com apenas uma profissional neste papel de gerente, mas sabe se que é muito pouco, que a profissional auxilia nas questões administrativas, de agenda de planejamento, e que embora o ministério preconize que pra cada três unidades, ou unidade tipo III, deveria haver um gerente, isso gera um custo muito alto, fazendo com que o município tente aos poucos se organizar financeiramente na busca de aumentar este número de gerentes e este é um incentivo financeiro que ajudara nesta questão, João agradece ao esclarecimento coloca que nos conselheiros aguardamos o projeto que é muito válido e aguardamos que tudo dê certo e da a palavra ao Ronaldo para que pronuncie sobre a pauta do próximo item. **Item 7- Solicitação de Readequação dos recursos da Portaria 4061 de 18 de**

**Dezembro de 2018:** Ronaldo coloca que esta pauta presta conta ao conselho, mostrando mostrando que a Saúde bucal do município recebeu trinta e seis mil reais de uma emenda parlamentar com o objetivo de comprar apenas duas cadeiras odontológicas, então a sugestão da equipe é que este dinheiro seja melhor utilizado, sendo realizada a compra de duas cadeiras básicas odontológicas completas; uma autoclave; três fotopolimerizadores; três conjuntos de caneta de alta rotação e um compressor, a ideia é que este dinheiro seja otimizado, que possa render mais procedimentos para os pacientes, que através da autorização do Conselho, as esferas serão consultadas para ver se é possível fazer isso, João questiona se com este dinheiro é possível adquirir tudo isso, Ronaldo confirma que sim que na verdade uma cadeira pode variar de preço, eles estão querendo que seja gasto dezoito mil reais uma cadeira se é possível comprar uma por nove mil, Noilma coloca que senão for gasto com isso o restante é devolvido, então ele pode incrementar os escritórios odontológicos com o recurso, João pergunta se há alguma dúvida, Dayane pergunta se a cadeira simples resolve, Ronaldo confirma que sim ela atende as necessidades, José Marques pergunta sobre a hora de prestar conta como que é feito com a nota fiscal, Noilma coloca que não tem prestação de conta na nota fiscal, Ronaldo tinha pedido e a equipe fez a consulta se era possível fazer esta readequação, isso é dentro do relatório anual de gestão esta prestação de conta fica arquivada, o recurso vem como cadeira, mas entendesse que tudo que vem a completar o escritório esta dentro do recurso. Explica que caso houver, por exemplo, uma auditoria, é apresentado a prestação de conta arquivada referente a saúde bucal, João coloca para aprovação, e é aprovado por unanimidade. João fala sobre o **Item 8- Composição das Comissões de visita e fiscalização:** que para que sejam finalizadas faltaram dois representantes, Dayane se manifesta e entra para a Comissão de Visita e Fiscalização e Ronaldo para a de Denúncias. Quanto aos assuntos gerais, João passa aos conselheiros que a Unicerp tem interesse em entrar no conselho, pede permissão a plenária para que sejam oferecidas as vagas uma vez que já foram chamadas a entidades que não manifestaram interesse, plenária aprova. João de Melo reforça o pedido para que comissão já formada para atender o protocolo de absenteísmo porque tem demanda antigas que não foram respondidas, Ronaldo coloca que a comissão poderia se reunir esta semana e pede a Laira que leia o nome dos integrantes para que possam se organizar para reunir. Jose Geraldo sugere ao presidente que para legitimar as comissões que seja feito uma resolução oficializando a composição. João de Melo concede palavra a Edvaldo que diz que entende como uma prestação de contas, mostrar aos conselheiros e falar brevemente sobre a Conferência Estadual de Saúde colocando um pouco de como foi a conferencia dos pontos positivos e negativos, Ronaldo questiona sobre a questão de terem pleiteado ou não a participação na Conferencia Nacional, e Edvaldo explicou que como foram apenas os dois representantes não teriam peso na votação, João de Melo discorre também sobre a sua experiência na

Conferência. Tereza coloca que o Conselho reavalie a questão das comissões que acha que tem pouca representatividade de usuário em algumas delas e que não foi atentado a paridade, que, por exemplo, na do "RAG" que acredita ser a mais importante ficou apenas prestadores e servidores públicos que ela acha que a visão do usuário é importante e tem outra que é a de reclamação que só tem usuário assim não tem resolutividade que tinha que ter alguém da secretaria que se avaliasse em um segundo momento que fosse olhado a paridade, é claro que tudo vai passar pela plenária e que a plenária é soberana, mas que acredita que tenha que ter uma representatividade de todos os lados em todas as comissões. João coloca que depois disso será olhado, Laira passa o e-mail sobre o curso de Gestão financeira do SUS, recebido no e-mail do Conselho. Ronaldo pergunta quem promove. Laira coloca que é o Instituto CAIRO, e repassa os valores do curso. João questiona ao conselho sobre as caixinhas do projeto de Avaliação do SUS, se o projeto será continuado, Edvaldo coloca a questão de colocar isso em pauta para a próxima reunião para que o projeto seja repassado aos novos integrantes já que entende que o conselho tem interesse na continuidade do projeto. Ronaldo aponta que Tereza poderia explicar na próxima reunião. Tereza aceita a sugestão e pede aos conselheiros que lembrem de trazer as chaves das caixinhas. João agradece a todos pela presença e declara encerrada a reunião. Nada mais havendo a tratar, em respeito ao regimento, às 17:10, encerrou-se a reunião. Para constar eu, Márcia Barbosa, segunda secretária do Conselho Municipal de Saúde, lavrei a presente ata que, que será lida e datada e se aprovada seguirá assinada por mim e será validada pelas assinaturas dos presentes que constam no livro de presença do Conselho. Patrocínio (MG), 08 de Julho de 2019. Márcia Abadia Barbosa Silva – Segunda Secretária do Conselho Municipal de Saúde.

Márcia Abadia Barbosa Silva

João de Melo \_\_\_\_\_

